

CONSTITUINTE

Críticas à proposta para os bancos

por Francisca Stella Fogó
de Brasília

"Poucas pessoas sabem, mas o volume total de depósitos que o Banco do Brasil coleta no exterior é muito maior que o volume dos recursos que todos os bancos estrangeiros captam no Brasil." A ponderação foi feita ontem aos membros da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Constituinte pelo vice-presidente para a Área Externa do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, ao transmitir sua preocupação com o anteprojeto aprovado há uma semana pela Subcomissão do Sistema Financeiro.

O anteprojeto, elaborado pelo deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), proíbe os bancos estrangeiros de captar depósitos no Brasil. Moura da Silva acredita que a proposta poderá provocar perigosas retaliações ao Brasil no exterior e tornar ainda mais delicada a negociação da dívida externa no momento em que o País mantém a moratória dos juros.

A proposta da subcomissão foi também criticada com veemência pelo titular da Secretaria do Tesouro, Andrea Sandro Calabi. Moura da Silva e Calabi foram convidados a discutir o anteprojeto pelo deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), presidente da comissão. Dornelles compartilhou com o relator da comissão, o deputado José Serra (PMDB-SP), idéias contrárias à proposta de Gasparian.

Item por item, Calabi criticou as propostas da subcomissão. Uma delas

por Francisca Stella Fogó
de Brasília

São as seguintes as principais propostas aprovadas há uma semana pelos 21 membros da Subcomissão do Sistema Financeiro da Constituinte, na votação do anteprojeto elaborado pelo relator, o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP):

• **Capital estrangeiro** — As instituições financeiras estrangeiras são proibidas de captar recursos no Brasil.

• **Extinção do Conselho Monetário Nacional**, cujas funções atuais seriam assumidas por uma comissão especial do Congresso Nacional, integrada por deputados e senadores. A comissão teria o poder de vetar, "ad referendum" do Congresso, qualquer decisão do Poder Executivo sobre políticas monetária, de crédito e cambial.

• **Carta patente** — Extinção da carta patente. As atividades financeiras podem ser exercidas por bancos e cooperativas de crédito. A autorização seria concedida sem ônus e teria como requisitos a comprovação de idoneidade e capacidade técnica, econômica e financeira. O projeto proíbe a alienação da autorização de funcionamento.

• **Banco Central** — O projeto cria uma espécie de banco central independente, cujo diretor seria escolhido por prazo certo de quatro anos pelo presidente da República, com a aprovação do Congresso Nacional. O Banco Central seria proibido de exercer

Idéias básicas para a mudança

qualquer função de fomento. Suas funções seriam as clássicas de banco central: controlar a quantidade de moeda em circulação no País, executar a programação monetária, controlar as operações de câmbio, fiscalizar as instituições financeiras, estabelecer normas sobre a política de crédito, monetária e de mercado de capitais. Os diretores e o presidente do Banco Central não poderiam ter exercido cargos de direção em instituições financeiras privadas nos quatro anos anteriores ao mandato.

• **Dívida pública** — O Banco Central não poderia financiar direta ou indiretamente o Tesouro Nacional, estados e municípios. Não poderia tampouco efetuar operações de crédito que não se-

jam destinadas a promoção da liquidez bancária".

Somente por autorização legislativa, a União poderia conceder aval ou garantia de crédito.

• **Proteção à poupança** — A União é proibida de assumir a responsabilidade por depósitos ou aplicações nas instituições financeiras privadas. Seria criado um fundo de seguro de depósitos bancários pelas instituições privadas.

• **Banco do Brasil** — Seria o agente financeiro do Tesouro Nacional para a execução orçamentária da União e para a emissão de títulos da dívida pública. Somente poderia utilizar recursos para despesas previstas no orçamento fiscal e autorizadas pelo Tesouro Nacional.

probe o Banco Central de "financiar direta ou indiretamente o Tesouro Nacional". Não poderia, portanto, emitir títulos ou moeda para cobrir dívidas ou abrir linhas de financiamento. Somente poderiam ser emitidos títulos destinados a regular a liquidez do mercado.

Calabi ponderou que a proposta obrigaria o Tesouro Nacional a tomar recursos no mercado financeiro, o que pressionaria excessivamente a taxa de juros para cima.

A transferência para o Banco do Brasil da função de caixa do Tesouro proposta pela subcomissão também é inadequada, segundo Calabi. O Banco

Central, segundo o secretário, tem cumprido eficientemente a função de caixa única do Tesouro. As disponibilidades do Tesouro, hoje, atingem CZ\$ 80 bilhões. Se não forem bem aplicadas, ponderou, com uma inflação de 20% ao mês, o Tesouro perderia CZ\$ 16 bilhões nesse período.

O Banco do Brasil, segundo o secretário, pertence ao mercado financeiro e tem princípios próprios para a administração da dívida pública.

Na opinião de Calabi, a criação da comissão especial do Congresso Nacional com poderes para vetar as medidas adotadas pelo Poder Executivo interferiria

negativamente no equilíbrio entre Legislativo e Executivo. A proposta destinada a permitir que municípios autorizem o funcionamento de instituições financeiras locais seria danosa para o sistema financeiro, que, por sua natureza, precisa ter o comando do governo federal. E a previsão sobre a autorização para funcionamento de instituição financeira a quem comprove competência técnica e capacidade econômica embutiria uma obrigação que poderia ser danosa para o mercado financeiro.

O secretário do Tesouro também contestou a proibição de captação de recursos pelos bancos estrangei-

ros no Brasil. Sobre a proposta, Adroaldo Moura da Silva explicou que antes da crise de 1982 o Banco do Brasil captou US\$ 8 bilhões no exterior, o dobro do que os bancos estrangeiros captaram no Brasil. A proporção alterou-se em parte, mas os últimos dados disponíveis, de abril deste ano indicam que a proporção ainda é vantajosa para o Brasil.

O deputado Walmor de Lucca (PMDB-SC), vice-líder do PMDB na Câmara, defendeu a proposta aprovada na subcomissão. Ponderou que ela está de acordo com o programa do partido. "Parece", afirmou, "que existe uma contradição entre o PMDB que está no

governo e o PMDB que está na Constituinte."

Walmor de Lucca defendeu especialmente a proposta contida no anteprojeto que atribui às instituições financeiras oficiais a exclusividade das atividades de fomento. No ano passado, os bancos oficiais operaram CZ\$ 9 bilhões de crédito subsidiado para a atividade pecuária e fecharam 178 mil contratos. Os bancos privados operaram mais que o dobro, CZ\$ 21,5 bilhões, e fecharam cerca de metade de contratos, 101 mil. Os dados, segundo o deputado, demonstram a necessidade de a Constituinte garantir a mudança das regras do sistema financeiro.

Conflito ideológico no debate das questões trabalhistas

por Andrew Greenlees
de Brasília

Os dois pólos do conflito ideológico na Constituinte — conservadores e progressistas — preparam-se para um acirrado debate em torno do princípio da estabilidade no emprego. O palco, no primeiro momento, será a Comissão da Ordem Social. "A grande briga vai ser a estabilidade", afirmava ontem o deputado José Genoino, do PT paulista, ao comentar a questão trabalhista na nova Carta.

Para início da discussão, os parlamentares têm em mãos o anteprojeto da subcomissão dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos, elaborado pelo deputado Mário Lima, do PMDB da Bahia. No texto, o relator incluiu a estabilidade para todos os trabalhadores a partir da admissão, salvo nos casos em que falta grave seja "comprovada judicialmente". O período de experiência de noventa dias também ficaria fora do direito à estabilidade.

O relator Mário Lima admite que esta idéia enfrentará muitas resistências, mas acredita que a Comissão da Ordem Social poderá aprová-la, com cerca de 60% dos votos. "A partir daí, na Comissão de Sistematização e no plenário, não me arrisco a prever", diz o deputado. Preocupado em tornar o assunto menos polêmico, Lima chegou a propor o prazo de dois anos para o contrato de experiência, mas foi voto vencido na subcomissão.

Os opositores da estabilidade

Os novos princípios

por Andrew Greenlees
de Brasília

Entre os 34 artigos do anteprojeto aprovado pela subcomissão dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos, destacam-se os seguintes princípios:

• **Estabilidade:** Será garantida a partir da admissão, se for falta grave comprovada judicialmente. Poderá haver (re)missão durante o período do contrato de experiência (90 dias).

• **Participação direta nos lucros ou no faturamento da empresa.**

• **Greve:** O direito será garantido a todos os trabalhadores. São proibidas quaisquer restrições ou intervenções. O

locoute, por outro lado, é proibido.

• **Sindicalização:** Será livre a formação de entidades sindicais desde que se respeite a proporção de uma para determinada categoria profissional em cada base territorial. A sindicalização é livre, inclusive para os servidores públicos, e não haverá qualquer participação do Estado na organização dos trabalhadores.

• **Aposentadoria:** Aos 30 anos de trabalho para o homem e aos 25 para a mulher, além de velhice (60 anos de idade) ou invalidez.

• **Salário Mínimo:** Fixado em lei, terá caráter nacional, e deverá "satisfazer efetivamente às necessidades (do trabalhador) e às de sua família".

• **Jornada de Trabalho:** Li-

mite máximo de 40 horas semanais.

• **Reajustes Salariais:** Mensais, pela variação do índice do custo de vida.

• **Impostos:** Será proibida a caracterização como renda, para efeitos tributários, de remuneração, salário ou proventos de aposentadoria e pensões até o limite de 20 salários mínimos mensais.

• **Seguro-Desemprego:** Nunca inferior a um salário mínimo.

• **Serviço Público:** A admissão só poderá ser feita por meio de concurso, com exceção dos cargos de confiança e dos assessores diretos das autoridades máximas dos órgãos. A menor remuneração do servidor público não poderá ser inferior a 1/25 do maior.

dade já saem à carga. Pela o senador Roberto Campos, do PDS mato-grossense, por exemplo, este princípio levaria a uma forte tendência por demissões imediatas acompanhadas de automação. "Os empresários passariam a comprar robôs", sustenta, lembrando que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi criado exatamente para o caso de demissão, descartando a necessidade da estabilidade.

O relator Mário Lima aponta mais dois focos de polêmica em sua área: a jornada semanal de 40 ho-

ras e o direito de greve. "É melhor produzir 40 horas bem, do que 48 mal", argumenta Lima, sustentando ainda que o Brasil é a oitava economia mundial e "os sete primeiros adotam a jornada de 40 horas". O direito de greve, acrescenta, deve ser exercido sem limitação, inclusive pelos servidores públicos e trabalhadores em serviços essenciais, "que têm responsabilidade para isso". A exemplo do que ocorre com a estabilidade, Lima considera provável a aceitação destes dois temas pela Comissão da Ordem Social,

mas prevê dificuldades daí para a frente.

O anteprojeto de Mário Lima contém ainda o princípio da livre organização sindical, com total independência do Estado. Terminaria, com isto, o impasse sindical. A proposta aprovada na subcomissão prevê a chamada "unicidade", ou seja, somente poderia estabelecer-se uma entidade sindical para cada categoria profissional numa base territorial. Neste ponto, o PT entra em choque com o anteprojeto, defendendo a pluralidade sindical.

Mulheres sugerem que aborto seja liberado

por Carlo Iberê de Freitas
de Brasília

Aborto, divórcio, discriminação sexual, igualdade. O que as mulheres pensam sobre isso? Ontem, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP) e os demais líderes de todos os partidos receberam uma pesquisa na qual estão tabuladas 3.245 respostas sobre esses e outros assuntos respondidas por mulheres.

A maioria das mulheres que opinaram está na faixa etária dos 30 aos 39 anos (30%), têm instrução superior (57,6%), são solteiras (51,6%) e recebem salários entre 10 e 20 salários mínimos (30,5%). A pesquisa foi elaborada pela revista Nova da Editora Abril, através de perguntas publicadas nas edições de março, abril e maio de 1986. Segundo informa a editora, o universo dos leitores da revista está em cerca de 1 milhão de mulheres entre 18 e 40 anos. A revista considerou bem recebida a iniciativa, uma vez que os próprios leitores ou leitoras, ti-

veram de pagar o selo postal para receberem as respostas.

Mesmo católicas em sua maioria (65,3%), as entrevistadas defendem que o aborto pode ser feito por mulheres solteiras, divorciadas, viúvas ou separadas em qualquer circunstância (50%) ou sem autorização (57,3%) e, no caso de serem casadas, com a autorização do marido (31,9%), acham "muito importante" a liberdade de decidir sobre a opção pelo aborto. Esse, entretanto, deve ser feito por médicos legalmente registrados (82,7%).

Entre as leitoras, 99,5% querem os mesmos direitos do homem perante a lei e 82,7% consideram muito importante a punição em relação à discriminação por origem de filiação. Elas pedem também creche (96,7%) mesmo quando a mãe não trabalha, e acham importante o homem ter licença remunerada quando nascem os filhos. Apenas 21,8% não julgam importante essa licença.

Indústria química quer reserva de mercado

por Rita Tavares
de Brasília

Sem classificar de reserva de mercado, a indústria nacional de química fina encaminhou duas propostas à Assembleia Nacional Constituinte para que sejam incluídos na nova Constituição mecanismos legais que priorizem as empresas nacionais do setor e ao mesmo tempo mantenha a atual política de não patenteamento dos produtos farmacêuticos.

No entanto, independente dos debates sobre o assunto dentro do Congresso Nacional, a Associação Brasileira de Química Fina (Abifina) acredita que o governo defenderá a atual legislação sobre patentes industriais durante a reunião de consulta com o governo americano sobre a sistemática adotada pelo Brasil.

O encontro deverá acontecer no próximo dia 8, em Washington. Segundo o diretor da Abifina, Dirceu Natal, há uma convicção de que todo o governo brasileiro está unido nessa posição de manter o setor, es-

pecialmente a produção de fármacos, livre das exigências de patenteamento, que poderiam significar, na sua opinião, o fim da indústria nacional especializada.

POLÍTICA SETORIAL

Durante o segundo dia de trabalho da I Feira e Congresso de Química Fina, a tônica dos debates foi sobre o desenvolvimento industrial e tecnológico do setor. Segundo o presidente do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Crodowaldo Pavan, as importações brasileiras para a área de química fina, no ano passado, ultrapassaram a cifra de US\$ 1 bilhão. Pavan frisou que o Brasil é o sétimo mercado de medicamentos e que atingiu, no ano passado, um faturamento de US\$ 1,9 bilhão. No entanto, ressaltou que 80 empresas multinacionais são responsáveis por 83% de todas as vendas. Na sua opinião, deve ser viabilizada uma política industrial de desenvolvimento tecnológico destinada à substituição de importações e a capacitação do País.

Comissão dos Poderes analisa parlamentarismo

por Andrew Greenlees
de Brasília

E forte a tendência parlamentarista na Comissão de Organização dos Poderes, conforme avaliação de seu relator, deputado Egídio Ferreira Lima, (PMDB-PE), que apresentará o anteprojeto na próxima segunda-feira. "Prestando fazer um trabalho completo", adiantou ontem o deputado, indicando que, além do sistema de governo, incluirá no texto uma definição sobre a duração do mandato do presidente José Sarney e de seus sucessores.

"Na consciência popular está o mandato de quatro anos", afirmou Ferreira Lima, evitando a todo momento apontar uma posição pessoal sobre o tema, devido à sua condição de relator.

Ele admitiu, no entanto, que o mandato está diretamente ligado ao sistema de governo. Caso o parlamentarismo seja aprovado, sustentou o deputado, seria perfeitamente aceitável um período de

cinco ou mesmo de seis anos, tanto para Sarney quanto para seu sucessor.

"Mas, se mantivermos o presidencialismo, o prazo máximo é de quatro anos", concluiu. Ainda com relação ao mandato específico do atual presidente, Egídio Ferreira Lima limitou-se a comentar: "Mandato de transição não deve ser longo".

O relator da Comissão de Organização dos Poderes disse ainda que o parlamentarismo misto — tese em voga no Congresso — não "pode destituir o sistema".

Na opinião de Ferreira Lima, se esta proposta for implantada no País, deverá necessariamente trazer os princípios da dissolução da Câmara e das moções de censura aos ministros, inclusive os militares, idéia que tem gerado intensos debates entre os parlamentares.

"A grande tarefa desta Constituinte é definir o sistema de governo", afirmou também o relator. "Passa tudo por aí."